

D055

Trilhas do Patrimônio

Autônomo: Departamento do
Patrimônio Histórico e Artístico
da Secretaria de Cultura e
Esporte do DF

1996

EDITORIAL

Seguindo a linha editorial dos números anteriores, o Trilhas do Patrimônio abre espaço para discutir novas questões que têm permeado as ações do poder público na preservação de bens culturais significativos.

As legislações vigentes e a teoria produzida sobre a proteção do Patrimônio Cultural contemplam os bens materiais: móveis e imóveis. Mas, como tratar do intangível? Quais os mecanismos que assegurarão a permanência e a transmissão da diversidade cultural não contemplada pela Lei? É possível preservar as manifestações intangíveis fora dos seus espaços de origem?

O tombamento se consolidou como a forma, por excelência, de garantir a conservação de patrimônios. Assim, a sociedade, sempre que reconhece e reivindica do Estado ação de proteção, propõe o tombamento como instrumento.

No entanto, este expediente legal é restrito e nem sempre adequado ao bem a ser protegido. Faz-se necessário o aprofundamento da reflexão sobre as formas alternativas capazes de atender às diferentes demandas.

É o caso do incentivo fiscal às atividades que se pretende manter vivas. Registros completos e detalhados que sejam divulgados amplamente também são meios de assegurar o compromisso social com a memória de certas manifestações.

As atuais legislações de proteção e de ocupação do solo urbano nem sempre se articulam com as demandas estabelecidas pela sociedade. Frente à nossa pluralidade cultural, coloca-se aos órgãos responsáveis pela política de preservação desenvolver instrumentos específicos para atender a estas demandas.



Bloco Pacotão, Carnaval, 1988, Duda Bentes/DePHA

Na denominação dos órgãos oficiais encarregados da preservação, o termo *patrimônio* costuma vir qualificado por "histórico" e "artístico". Em virtude, porém, da inclusão de novas áreas de trabalho, do desmembramento de outras e da especialização de algumas de suas funções - o que abre a possibilidade de uma discussão de fundo sobre o alcance da ação preservacionista - tende-se cada vez mais a empregar a expressão "patrimônio cultural". Para que tal substituição não seja apenas uma troca de nome e permita enriquecer a noção tradicional de patrimônio, é preciso refletir sobre as implicações conceituais dessa mudança.

Numa acepção geral, *patrimônio* designa determinado conjunto de bens adquiridos ou produzidos por uma coletividade - familiar ou institucional - e que se destina a manter a continuidade do grupo a despeito de mudanças ou sucessão de seus membros. O outro termo, *cultural*, que qualifica o primeiro, indica uma classe especial desses bens: são aqueles considerados capazes de representar as *diferenças* desse grupo com relação a outros; trata-se de sua continuidade mais ao nível *simbólico*.

Como se vê, estamos lidando com uma determinada conceituação de cultura, terreno que, como se sabe, é bastante controvertido; em todo caso, cultura aqui está sendo tomada em seu significado antropológico mais amplo, como a dimensão simbólica da vida social. Ou, para

expressar em termos mais diretos: a cultura de um povo ou grupo é o particular conjunto de códigos através dos quais seus membros dão sentido ao mundo e orientam a prática. Estamos, evidentemente, longe da visão do senso comum que entende cultura como coleção de objetos raros e artefatos exóticos, ou a identifica com o gosto e hábitos de determinada classe social.

Esta conceituação traz algumas consequências quando aplicada à prática preservacionista: esta não incide sobre a *cultura* em si, pois sua dinâmica (transformações, circularidade, trocas e até desaparecimento) é a da própria vida social. Medidas de proteção só podem ser dirigidas às condições ou suportes materiais que sustentam, simbolizam, lembram, permitem a continuidade deste ou daquele elemento de cultura por motivos que é preciso explicitar em cada caso, pois não há um critério único, objetivo e universal que decide o que é ou não é patrimônio.

Esta visão torna sem sentido tanto a dicotomia entre bens "eruditos" e "populares" e como a identificação do patrimônio com uma classe particular de bens - edificações, por exemplo. Isto porque o foco da análise passa do objeto em si (e seu suposto valor *intrínseco*, seja "artístico", "histórico", "arquitetônico" ou outro) para o segmento social que o produziu, e para a *relação* entre esse segmento e a sociedade mais ampla. Um bem deve ser preservado em virtude dos significados que



Museu Vivo da Memória Candanga, 1988.
Duda Bentes/DePHA

abriga e suscita, tornando-se dessa forma uma chave de entendimento, uma referência para o reconhecimento da *diferença* desse grupo em particular no contexto da sociedade onde se situa.

Entendida desta forma, a mudança mencionada no começo não se resume a uma mera troca de termos, mas apresenta a vantagem não apenas de colocar a discussão num terreno mais abrangente, o da cultura, como também de ampliar legitimamente o leque de aplicação das medidas de preservação.

José Guilherme Cantor Magnani,
Professor de Antropologia da
Universidade de São Paulo.

O TEATRO NA OFICINA

A oficina mecânica Perdiz está localizada entre os blocos D e C da SCRN 708/709, em área pública destinada à passagem para pedestres.

A partir de janeiro de 1989, o espaço onde durante o dia trabalham mecânicos e lanterneiros, à noite se transforma em palco e platéia, abrigando personagens, atores e espectadores.

Durante os últimos sete anos, a Oficina do Perdiz tem sido um centro de experimentação para atores, cenógrafos, figurinistas e iluminadores, além de oferecer espetáculos teatrais à comunidade em geral.

Em abril de 1995, um grupo de profissionais das artes cênicas solicitou ao Conselho de Cultura do DF estudos para viabilizar o tombamento da Oficina do Perdiz, como forma de preservar aquele espaço cultural alternativo que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do teatro em nossa cidade.

Oficina Perdiz, 1994, Zuleika de Souza/Correio Braziliense



A OFICINA DO PERDIZ E O PÚBLICO

Serviço Público é para servir ao público. Certo? Espaço público, também. Depois que uma cidade sai da prancheta e é habitada, seu destino é como o de qualquer outra obra de arte: seu autor perde o domínio sobre ela. Quem manda nela é o público.

Brasília não pode esquecer o destino do Cine Cultura, onde a manifestação artística candanga teve início e o purismo arquitetônico deu fim. Desativar um lugar onde a arte floresce deveria ser crime previsto no Código Penal. A quem serviu essa violência? A W3 está mais bonita? O prédio tem melhor uso? Serve melhor ao público?

Perguntado oficialmente, o oficial responde: "Não há absolutamente nada neste endereço. Oficina do Perdiz? Não conheço. Ali, caso exista algo, deve ser demolido, pois é um espaço invadido". Como se pequenos bares, grandes construtoras,

minúsculos comerciantes não invadissem espaços a todo momento. Como se estas terras brasileiras não tivessem sido tomadas de várias nações que aqui habitavam antes dos invasores brancos.

O nosso público tem uma leitura muito simplista de nossas obras artísticas. Qual seria a razão? A perda de nosso direito à expressão simbólica, após a revolução industrial? O Golpe de 64, de 68 e os seguintes, que continuam tentando destruir a inteligência? Por todas essas razões. Também porque se desarticulou o amadorismo. Amador é aquele que faz por amor. Hoje não há como iniciar-se artisticamente. Não há incentivos nem espaços para quem quer começar. E o que se pretende é destruir mais ainda?

Cuidado, "capitalismo selvagem"!!! Vocês agora vão necessitar de mão-de-obra criativa. Acabou-se o tempo do operário burro e de fácil manipulação. E só há criatividade com arte.

Nós, os habitantes de Brasília, os Candangos, a alma, o sopro que deu vida aos desenhos do urbanista, estamos fartos de crimes contra o espírito. A Oficina do Perdiz não é uma invasão, é uma ocupação pública. Estamos ocupando aquele espaço como é de nosso desejo. Nós somos os proprietários.

Reconhecer o Teatro da Oficina do Perdiz como patrimônio da pequena história da Arte Candanga é reconhecer-se como cidadão, como pessoa que dignifica seu passado e constrói seu futuro.

João Antônio de Lima Esteves,
Ator Candango.

VAI UMA FOTO AÍ, MOÇO ?

A partir da década de 80, com a participação mais efetiva da sociedade nas ações de preservação, novas questões são propostas aos órgãos responsáveis por ações de proteção ao patrimônio cultural.

Algumas das novas demandas muitas vezes recaem sobre expressões culturais (tecnologias patrimoniais, modos de produção, fazeres tradicionais), as quais não possuem um instrumento legal que garanta a sua preservação, como no caso dos bens móveis e imóveis que têm no ato de tombamento a sua forma legal.

Um exemplo dessa nova demanda é a preservação da atividade do fotógrafo *lambe-lambe* que trabalha com as máquinas caixote tipo *foto-jardim*.

Presentes em Brasília desde o início da sua construção, constituíram-se como um importante elemento do contexto histórico, cultural e social da cidade. Além da prestação de serviços fotográficos aos milhares de operários que necessitavam fazer seu registro de trabalho, também contribuíram na documentação fotográfica da implantação da nova capital. Integrados à paisagem da Estação Rodoviária do Plano Piloto, até pouco tempo, atendiam em média a 40 mil pessoas por ano que, na sua grande maioria, precisavam de fotos para Carteira de Identidade, pois ali se localizava um dos postos de identificação da Secretaria de Segurança Pública. Hoje, com a transferência do posto de identificação, muitos destes fotógrafos encontram-se na Galeria do Trabalhador e, alguns poucos, em outros pontos isolados do Distrito Federal.

A preservação dessa atividade foi consolidada por intermédio da Lei nº 944 de 24/10/95. Na ausência de instrumento específico para a preservação deste "fazer cultural", a lei prevê a isenção da taxa de ocupação para estes profissionais. A isenção é uma forma de incentivar a atuação desses fotógrafos e garantir a permanência da técnica por eles utilizada que, pelo próprio avanço tecnológico, tenderia a desaparecer.

Neste caso, a importância da preservação concentra-se no simbolismo dessa atividade como parte do cenário sócio-cultural de Brasília, já que a comunidade está acostumada a reconhecê-los na paisagem e tê-los como referência de seu universo.



Cidade Livre, 1958, Peter Scheier/DePHA

Quando se reconhece a multiplicidade cultural da sociedade, também faz-se necessária a existência de múltiplos instrumentos de preservação que sejam capazes de atender às diversas demandas. Sendo que, no momento, a discussão sobre estes novos instrumentos constitui um desafio para os órgãos que trabalham com a preservação do patrimônio cultural.

Marta Litwinczik Sinoti e Roberta Maria Lott Cauceglia,
Gerência de Pesquisa, Documentação e Tombamento /DePHA.

PROGRAMA JATOBÁ: A Oficina do Cerrado Vai à Rua

O patrimônio cultural é o resultado das interações entre o homem e o meio ambiente. Compreender o processo histórico desencadeado em uma região é seguir os princípios da continuidade e da adaptação. Segundo Sheiner (1991), eles referem-se às formas de interação das coisas no tempo e no espaço - ou seja, ao modo como as relações e processos acontecem, ao lugar onde ocorrem e ao tempo em que se processam. Não há como pensar espaço significativo desacompanhado de história que o explique; simultaneamente, a história se enquadra nos espaços que os seres humanos produzem para viver (Lucena, 1991).

O Museu Vivo da Memória Candanga localiza-se entre o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia, importantes sítios históricos do Distrito Federal. A fauna, a flora, os solos e os recursos hídricos da região pagaram e pagam um preço alto com a ocupação humana iniciada na década de 50. Não fossem as áreas de preservação, como o Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, a fauna e a flora nativas teriam sido quase totalmente substituídas por espécies exóticas.

Que tipo de relação os pioneiros da construção de Brasília tinham com o ambiente? Como era este ambiente? Como era a vida dos candangos? Eles caçavam?

Pescavam? Usavam os frutos, sementes, raízes, cascas e folhas do cerrado?

A Oficina do Cerrado procura respostas para estas perguntas na análise dos aspectos sócio-culturais e geográficos da região. Busca-se conhecer um pouco dos significados que o patrimônio cultural, a memória social, enfim, que o meio ambiente tem para a população circunvizinha ao Museu. Nos cursos oferecidos aos professores da rede pública de ensino, dentro do programa Refazendo a Trama, são promovidos encontros com os pioneiros de Brasília para a coleta de informações da memória pessoal e troca de conhecimento, através de entrevistas e depoimentos.

No encontro entre professores e pioneiros realizado em maio de 1996, o Sr. José Augusto (Kojak) deu o seguinte depoimento: "Esse córrego que corre hoje todo poluído (Vicente Pires) ... a gente vinha e tomava água nele e a gente pulava dumas galhas de árvore". Estas palavras, e os resultados obtidos no diagnóstico da realidade ambiental feito por professores e agentes ambientais mirins encorajam o desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental que promova a ampliação de conhecimentos dos aspectos geográficos e sócio-culturais da região, a recuperação de áreas degradadas, o manejo adequado e a preservação dos recursos ainda disponíveis.

Estevão Monti,
Coordenador da Oficina do Cerrado do
Museu Vivo da Memória Candanga.

Reflorestamento das margens do Córrego Vicente Pires, Núcleo Bandeirante, 1996, Estevão Monti/DePHA



NOTÍCIAS

A fim de consolidar a existência de um roteiro cultural e turístico na Vila Planalto foram implantadas *placas de sinalização* em pontos estratégicos da área: *Fazendinha, Praça Nelson Corso e Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia*. As placas, que foram executadas pelo Departamento de Sinalização Viária e concebidas por técnicos do DePHA, tem como objetivo informar, sucintamente, sobre o significado do local e despertar o interesse do morador e do visitante para o potencial turístico da Vila Planalto, no contexto do Projeto Orla.

Realizado no Museu Vivo da Memória Candanga, no dia 30 de outubro, o seminário *Interpretação de Ambientes para o Turismo Sustentado*. Promovido pelo IPHAN e EMBRATUR, foi coordenado por Stela Maris Murta, Brian Goodey e Celina Albano, voltado para técnicos das áreas de turismo, planejamento, gestão urbana e patrimônio do GDF.

O seminário *20 Horas de História Candanga*, nos dias 24 e 25/10, contou com a participação de cerca de 300 professores da FEDF. Foram abordadas temáticas sobre Brasília, além da apresentação de trabalhos desenvolvidos nas instituições que lidam com educação e memória no DF.

Por ocasião do 39º Aniversário do Paranoá e da realização do Governo nas Ruas, nos dias 24, 25, 26 de outubro, foi lançado mais um número do folheto *Patrimônio nas Ruas*, contando um pouco da história daquele núcleo pioneiro.

Realizado entre os dias 18 e 22 de novembro no Museu Vivo da Memória Candanga, o *III Fórum Ambiental*. A realização desse fórum foi uma maneira de promover a aproximação entre os professores matriculados na Oficina do Cerrado (Programa Refazendo a Trama) e as instituições relacionadas com os temas geradores dos projetos por eles elaborados, por ocasião da conclusão do curso. Foram abordados os temas: Paisagismo e Arborização nas Escolas, Horta Escolar e Memória nas Escolas.

Retomada a pesquisa *Abrigos da Memória no Paranoá* que vem sendo desenvolvida conjuntamente pelo DePHA e Núcleo de Estudos do Centro-Oeste /CEAM/ UnB. Nesta fase estão sendo feitas entrevistas com os moradores mais antigos do Paranoá.

O Museu Vivo da Memória Candanga esteve presente na *II FECITEC - Feira Educativa de Ciência e Tecnologia* - promovida pelo ICT/DF, de 11 a 17/11, com a exposição "O que é que você tá fazendo, menino?" e com a Oficina de Papel Artesanal (Núcleo do Museu, DePHA/ICT/SEBRAE). Colaborou também na exposição "Tradição e Renovação - Artesanato e Design" (SEBRAE/DF) e no projeto "Brincando com a Ciência" (ICT/MAST).

IMPRESSUS

TRILHAS DO PATRIMÔNIO

Publicação do
Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal
Via EPIA Sul - Lote D/HJKO - 71735-000 - Núcleo Bandeirante - Brasília - DF
Fone (061) 552 3590 - Fax (061) 552 4838
Conselho Editorial: Antônio Menezes Júnior, Francisco de Almeida Filho,
Marília Panitz Silveira, Teresa Paiva Chaves e Eder Siqueira Coelho
Redação: Anamaria de Aragão C. Martins, Marta Litwinczik Sinoti
e Roberta Mª G. Lott Cauceglia
Projeto Gráfico: Eder Siqueira Coelho
Tiragem: 2.000 exemplares

DEPARTAMENTO
DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO
E ARTÍSTICO



SECRETARIA
DE CULTURA
E ESPORTE



Exposições Temporárias

O que é que você tá fazendo, menino? (21 a 29 de novembro) - resultante dos trabalhos desenvolvidos com crianças e adolescentes da Candangolândia e Núcleo Bandeirante através dos projetos Lançando o Fio (teceldagem), Moleque do Pote (cerâmica), Jatobá (educação ambiental) e Usina do Som (educação musical). O trabalho visa à sensibilização dos alunos em diversas linguagens e a profissionalização nas áreas de artesanato.

Refazendo a Trama (2 a 18 de dezembro) - exposição dos resultados do trabalho de formação de professores da FEDF na área de Educação Patrimonial, desenvolvido ao longo do ano, no Museu Vivo da Memória Candanga.

Bazar do Papel (12 e 13 de dezembro) - mostra dos trabalhos do Núcleo de Pesquisa, Capacitação e Produção em Papel Artesanal, para contato com possíveis compradores e venda de manufaturados.